
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A RECEPÇÃO DE ANTÓNIO OLIVEIRA SALAZAR NO PANORAMA INTELECTUAL DA NOVA ORDEM DOS ANOS 30

BRIEF CONSIDERATIONS ABOUT THE RECEPTION OF ANTÓNIO OLIVEIRA SALAZAR IN THE INTELLECTUAL PANORAMA OF THE NEW ORDER IN THE THIRTIES

DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/2178-3748.2016.2.24563>

José Reis Santos

Investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa
josereissantos@gmail.com

RESUMO: Em *Le Siècle du Corporatisme*, Mihail Manoilescu encapsulava o percebido triunfo do corporativismo integral sobre a democracia liberal e o comunismo em meados dos anos 30. Na sua mente, o corporativismo integral teria sido um passo inevitável na evolução filosófica de Homem (e das suas instituições políticas), alcançando maturidade política no início dos anos 30, marcando uma nova e hegemônica era na cena política e ideológica Europeia. Publicando *Le Siècle du Corporatisme* em 1934, o intelectual romeno estava plenamente consciente de que o *Espírito* do seu tempo favorecia a verificação de seus postulados, especialmente no rescaldo da crise de 1929 e o consequente colapso e incapacidade reactiva do sistema liberal-capitalista.

António Oliveira Salazar emergiu deste caldo cultural, simbolizando o que Manoilescu e outros descreveram como a capacidade das Nações entenderem a necessidade de depositar nas mãos de certos selecionados indivíduos a iniciativa de transformação social. No final dos anos 30 a sua prática política e intervenções doutrinárias (publicadas regularmente na imprensa internacional), transformaram o português num dos principais intérpretes do corporativismo, especialmente após a publicação na França de *Salazar. Le Portugal et son Chef* (1934), *Une Révolutions dans la Paix* (1937) e *Comment un relève un État* (1937). Partindo deste conjunto de publicações, este trabalho pretende interpretar a recepção do Ditador português no panorama europeu dos anos 30.

PALAVRAS-CHAVE: Corporativismo. Salazar. Estado Novo.

ABSTRACT: In his centrepiece *Le Siècle du Corporatisme*, Manoilescu's encapsulated the perceptive triumph of Corporative Integralism over Liberal Democracy and Communism in mid-1930's European landscape. In his mind, Integral Corporatism was an inevitable step in the philosophical evolution of Men (and his political institutions) that had reached in the early 30's its political maturity, branding a new hegemonic Era in European ideological and political scene, supplanting Individual Liberalism and Socialism. Publishing *Le Siècle du Corporatisme* in 1934, the Romanian intellectual was fully aware that the *spirit of his time*, especially in the aftermath of the 1929 Crash and the consequent meltdown of liberal-capitalism, favoured the verification of his postulates.

António Oliveira Salazar emerged from this cultural bouillon, symbolizing what Manoilescu and others outlined as the Nations' ability to understand the need to lodge in the hands of certain selected individuals the initiative of social transformation. By the late 30's Salazar's political praxis and doctrinaire interventions (regularly published in the international press), transformed him in one of Corporatism main interpreters, especially after the publication in France of *Salazar. Le Portugal et son Chef* (1934), *Une Révolutions dans la Paix* (1937) and *Comment on relève un État* (1937). Departing from this set of books, this paper intends to share a light on Salazar's influence in 1930's European panorama.

KEYWORDS: Corporatism. António Oliveira Salazar. Estado Novo/New State.

«O Século XX será o século do Corporativismo, como o século XIX foi o século do Liberalismo» (Manoilescu, 1934).

Escritas nas primeiras páginas de *Le Siècle du Corporatisme*, as palavras de Mihail Manoilescu encapsulavam o percebido triunfo do corporativismo integral sobre a democracia liberal e o socialismo internacional no panorama político e intelectual da Europa de meados dos anos 30. Assente em determinista afirmação encontrava-se a crença de que esta doutrina política representava um inevitável avanço filosófico nas instituições políticas, paulatinamente alcançando maturidade política na terceira década do século XX, marcando nova e hegemónica Era na arena ideológica europeia. Acreditando que o «Liberalismo estava morto» e o «Socialismo exausto», Manoilescu assumia ser o corporativismo a expressão lógica para o qual a humanidade deveria naturalmente evoluir, política e ideologicamente, apesar de reconhecer a incapacidade filosófica do Corporativismo Integral ser apresentado como valor universal e eterno (como o Liberalismo e/ou o Socialismo tentaram ser). Neste sentido, da mesma forma que o liberalismo individual tinha suplantado o absolutismo nos finais do século XVIII, e o liberalismo perdido a hegemonia cultural para o socialismo durante o século XIX, deveria o corporativismo substituir estas duas ideologias durante o século XX, e inaugurar um novo devir histórico que professaria o Corporativismo (integral) como o *l'Avenir*, como o futuro previsível das comunidades humanas (Manoilescu, 1934).

Publicando *Le Siècle du Corporatisme* em 1934, o intelectual romeno estava bem ciente que o espírito da (sua) época favorecia a verificação dos seus postulados, particularmente depois do crash bolsista de 1929 ter exposto a debacle pública do capitalismo *laissez-faire*, e especialmente depois da carnificina mecanizada patrocinada pelas principais potências Ocidentais na I Guerra ter simbolizando a decadência moral e civilizacional europeia, por um lado, e por outro, o subsequente desmembramento dos Impérios da Europa Central ter potenciado o advento de novas entidades políticas de índole nacionalista, muitas à procura de novos projectos que consagrassem a sua nova autonomia identitária. Consequentemente, emergiram disseminados pelo espaço europeu diversos debates sobre o conceito de modernidade espiritual; debates que estimulavam a procura de uma regeneração da Alma Europeia e por novos padrões identitários, muitos ancorados em projectos de regeneração etno-culturais de índole nacionalista. E entendendo que uma revolução conservadora seria necessária para fornecer simultaneamente o enquadramento necessário

para a próxima variação do espírito europeu e as respostas políticas para os imperativos do seu tempo, Manoilescu interveio neste debate advogando que o produto histórico inevitável do século XX, a sua forma (política) optima e representação ideal do progresso, era o Corporativismo Integral; uma proposta doutrinária ancorada na narrativa histórica antiliberal e na tradição conservadora europeia, que deveria representar um «período histórico que tinha apenas começado» (Manoilescu, 1934).

Sem que possa, de todo, ser considerado um discípulo de Manoilescu, António Oliveira Salazar aproveitaria este caldo cultural para se apresentar como o paladino da revolução conservadora portuguesa, uma *Revolução de Amor*, como lhe chamou Mircea Eliade (Eliade, 1942), simbolizando o que Manoilescu e outros viam como a habilidade das Nações em entregar a iniciativa da transformação social (e política) nas mãos de selectos indivíduos (Manoilescu, 1934). Em meados dos anos 30, Salazar era percebido como a figura que podia conduzir Portugal para fora dos destinos pantanosos e anárquicos da primeira experiência republicana portuguesa e através de uma revolução nacional(ista) e de uma reforma constitucional radical promover um novo e organizado estado da *Res Publica*, sob égide de um *Novo Estado* corporativista assente na matriz vaticanista vinculada nas Encíclicas *Rerum Novrum* e *Quadragesimo Anno*. Nos finais dos anos 30, a prática governativa de Salazar, a sua disseminada doutrina política e excelente imagem pública, amplamente referenciadas na imprensa internacional e fortemente propagadas nos círculos intelectuais da direita europeia, granjearam-lhe a reputação de ser um dos principais interpretes do corporativismo autoritário europeu.

Uma vez que os comentários laudatórios de Manoilescu seriam importantes para validar o lugar de Salazar entre os ideólogos corporativistas operando na época, além de legitimarem o papel do Estado Novo no panorama político-ideológico e no imaginário doutrinário europeu, *Le Siècle du Corporatisme* providencia uma excelente chave interpretativa e ponto de observação para interpretar a influência e admiração do Estado Novo durante os anos 30. Para mais, anos mais tarde, e já totalmente consciente do seu papel como ideólogo e pedagogo, Salazar irá procurar apresentar-se, e ao seu Estado Novo, como uma 3ª via alternativa, Católica, quer ao paganismo nazi de Hitler como ao fascismo estatista de Mussolini, especialmente após as suas derivas anti-semitas e totalitárias. Para estes propósitos, irá utilizar os recursos do Secretariado de Propaganda Nacional (adiante SPN) para difundir o Estado Novo a uma audiência internacional, procurando beneficiar das redes pessoais de António Ferro (mentor e director do SPN) para interagir com intelectuais europeus de direita, especialmente os de influência francófona.

Este esforço combinado atingiria o seu apogeu em 1937, quando a publicação em França de *Une Revolution dans la Paix e Comment on Relève en État* (juntamente com *Le Parti Unique* de Manoilescu) granjearam a Salazar um lugar proeminente entre os ditadores europeus, consolidando-o como um intelectual respeitado e ‘Homem de Acção’ (Salazar, 1937a, 1937b; Manoilescu, 1937). Em vésperas da II Guerra Mundial, a influência do português tinha se alargado a diversos continentes e quadrantes políticos, na medida em que as suas práticas como governante, escritos e traços de personalidade eram altamente considerados por estadistas conservadores como Dollfuß, Miklós Horthy, Teleki Pal ou Béla Imrédy, Ioannis Metaxas, Éamon de Valera (Irlanda), Józef Piłsudski, ou Philippe Pétain e Joseph Barthélemy, apenas para citar alguns; para não referir a extensa lista de intelectuais e ensaístas, escritores e jornalistas, importantes figuras dos meandros políticos e intelectuais da direita do entre-guerras, que, embebidos ou não com o regime português, recomendavam Salazar como um exemplo de estadista exemplar, como alguém que o mundo podia e deveria aprender com, louvando o seu Estado Novo como um modelo político a ser tomado em consideração por países incorrendo em similar processos de substituição de instituições liberais por modelos de gestão autoritária (Reis Santos, 2017)¹.

Recordamos ainda que quando Salazar assumiu formalmente a liderança do governo português, em Junho de 1932, as suas intervenções nas finanças públicas haviam-lhe granjeado já amplo reconhecimento internacional, impressionando uma audiência devastada com as consequências financeiras, económicas e sociais do Crash de 1929. Com nome consolidado e créditos públicos validados, o português procuraria depois por uma maior visibilidade intelectual e um papel mais activo na política europeia, especialmente porque se via como um endoutrinador, como um professor que tivera a oportunidade de promover uma regeneração espiritual da alma portuguesa e colocar em movimento uma revolução conservadora (nacionalista) em Portugal; e agora ambicionava ensinar a Europa, providenciado um mapa detalhado para substituir as instituições liberais por um autoritarismo corporativista filosoficamente alicerçado na doutrina em torno das Encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*.

¹Durante os anos 30 o SPN manteve uma privilegiada relação com diversos intelectuais, frequentemente convidando-os a visitar Portugal, com despesas naturalmente pagas, oferecendo não só a possibilidade de assistirem e intervirem em eventos de diversa espécie, como recebendo informação privilegiada sobre o desenvolvimento das políticas públicas do país (para que depois as utilizassem em livros, artigos, conferências, etc) (Reis Santos, 2017).

Exportando um regime

Para os propósitos que nos interessa explorar, Salazar, perfeitamente consciente da importância e carácter transformativo da comunicação política, criará em 1933 o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), escolhendo António Ferro para o liderar, com a expectativa de poder beneficiar das extensas ligações internacionais do intelectual modernista português para propagar a uma interessada audiência europeia o Estado Novo como um caso-estudo de sucesso². Ferro concebia a propaganda como um conceito totalitário, desenhado para intervir em todos os aspectos da vida pública e individual e para instalar as novas matrizes estéticas do regime junto do Povo português. Moldado sob as visíveis influências do fascismo italiano e do nazismo alemão, o SPN serviria como peça central no gigantesco aparato propagandístico do regime, uma vasta e complexa máquina político-burocrática designada a difundir e inculcar a ideologia autoritária do Estado dotando-o de alcance e ambições totalitárias, intervindo em todos os aspectos das vidas públicas e privadas (Ramos do Ó, 1999). Na sua dimensão internacional o SPN assumia como competência promover «conferências mundiais por personalidades portuguesas e estrangeiras, reforçar o intercâmbio com jornalistas e escritores de renome [e] elucidar a opinião internacional das nossas acções civilizacionais, especialmente as exercidas na Colónias, e o progresso do nosso Império Colonial, promover a expansão em grandes centros de todas as manifestações de arte nacional e literatura» (Decreto-Lei 23.505, art. 5, de 25 de Setembro de 1933).

Ferro iria apadrinhar esta estratégia investindo em traduções de discursos de Salazar (e de diverso material estatístico produzido pela máquina de propaganda do regime), difundidos no espaço mediático europeu com a ajuda de intelectuais, jornalistas e políticos engajados, muitas vezes pagos para prefaciá-las estas obras de puro marketing político (Matos, 2004). Complementarmente contaria com máquina diplomática do Estado, o seu conjunto de Embaixadas, Consulados e Legações, para desenvolver no estrangeiro uma rede de relações privilegiadas com jornalistas e directores de meios de comunicação, e recolher informação publicada sobre Portugal, e, quando necessário, intervir na imprensa local. Na divulgação, promoção e controlo da imagem do Estado Novo no estrangeiro a máquina do SPN seguiria linhas discursivas muito concretas, apresentadas em sintonia com a narrativa transmitida ao povo português. A estratégia passaria por desde cedo enfatizar os resultados macro-

²António Ferro, jornalista de renome, escritor modernista, poeta e editor da *Orpheu*, acumularia reputação nos círculos intelectuais e culturais de Lisboa e Paris através de um conjunto de entrevistas a personalidades de grande visibilidade no pós-Guerra, como d'Annunzio, Clémenceau, Mussolini, Primo de Rivera, Kemal, Petain ou Ortega Y Gasset.

estatísticos nas finanças³, depois colocar os holofotes na figura do Ditador, Salazar, apresentando-o como um exemplo de estadista, e finalmente, apresentar o modelo institucional do Estado Novo, e as características do *corporativismo à portuguesa*, como um modelo de sucesso e referência para os processos de transição e/ou consolidação de sistemas autoritários na Europa da Nova Ordem. Para este efeito, a máquina do SPN irá, em simultâneo, produzir informação devidamente traduzida para exportação (artigos, estatísticas, intervenções do Presidente do Conselho), enviando-a para as Embaixadas e Legações estrangeiras em Portugal, Embaixadas e Legações de Portugal no estrangeiro e para um conjunto selecto de intelectuais engajados na defesa externa do Estado Novo (Reis Santos, 2017). O impacto desta estratégia era depois recolhido por um serviço de clipping, através das assinaturas dos principais jornais e revistas internacionais e de relatórios e informes da máquina diplomática portuguesa, ou ainda, em alguns casos, directamente dos autores (Reis Santos, 2017). Muita desta informação será ainda republicada na imprensa portuguesa (e em livros) com o intuito de demonstrar, internamente, a apreciação e impacto positivo do regime, e do seu líder.

O primeiro exemplo do uso deste estratagema de propaganda internacional foi a tradução das cinco entrevistas de Ferro a Salazar conduzidas em Dezembro de 1932 para o *Diário de Notícias* que serviram para apresentar o novo *premier* à população portuguesa. Efectuadas como réplica das entrevistas de Emil Ludwig a Mussolini (também de 1932), as intenções de Ferro eram de transformar o austero professor de finanças públicas da Universidade de Coimbra, um ex-seminarista e uma das principais figuras do Partido Católico, um elitista conservador formado de uma mescla entre as tradições culturais contra-revolucionárias e pensamento integralista católico, alguém visceralmente inadaptado ao glamour e *milleux* político da capital, num moderno ditador devidamente sintonizado com a vitalidade da comunicação política dos anos 30 e da necessidade de apelar directamente às massas. Um Chefe moderno conectado com o seu Povo e com a Nação, ultrapassando a tradicional dependência dos partidos como intermediários (Rosas, 2003).

Publicada em Portugal numa edição de larga escala, com o título *Salazar, o Homem e a sua Obra* (Ferro, 1933)⁴, o livro foi rapidamente traduzido para francês, a audiência favorita de Ferro, como *Salazar, le Portugal et son Chef* (Ferro, 1934). Com o intuito declarado de

³Pelo menos desde o ano orçamental de 1928-1929 que as contas do Estado português eram traduzidas em francês e distribuídas pelas Embaixadas e Legações estrangeiras sediadas em Portugal, bem como pelas representações portuguesas no estrangeiro (que depois procuravam passar esta informação a órgãos de comunicação social de impacto).

⁴Foram impressas 125.000 cópias, a maioria adquiridas por diversos Órgãos Administrativos do Estado, em especial as Autarquias.

amplificar o impacto das palavras do novel ditador, Ferro convidaria Paul Valery para prefaciar uma cuidada edição, organizando luxuriosa apresentação do volume no Hotel Ambassadeur em Paris (com conferência do laureado francês)⁵. A subtil adaptação terminológica e linguística do título francês (também utilizada na versão italiana – *Salazar, il Portogallo e il suo Capo*), bem como a meticulosa escolha de Valery e da editora Grasset, revelavam bem a ambição de apresentar espectacularmente Salazar como um ditador moderno em perfeita sintonia com as singularidades políticas e ideológicas do *seu tempo*, inserindo-o na dinâmica da Nova Ordem como um novo actor a considerar⁶. O estratagema resultou na perfeição, sendo o livro imediatamente objecto de ampla atenção, como atestam os artigos e recensões publicados em jornais e revistas francesas (muitos deles completados com entrevistas a Ferro), e os ecos encontrados um pouco por todo o mundo⁷. Para as edições espanholas, italianas e inglesa, Ferro replicaria a ideia de convidar personalidades eminentes para prefaciarem a edição, escolhendo o poeta catalão Eugenio d'Órs para a edição espanhola, Corrado Zoli, Presidente da Real Sociedade de Geografia italiana (e amigo pessoal de Ferro) para a edição italiana, e o prémio Nobel da Paz de 1925, Sir Austen Chamberlain, para uma controversa edição inglesa. Interessantemente não haveria tradução para alemão⁸.

Aparte das controversas reflexões de Chamberlain, as escolhas de Ferro provariam ser bastante prolíferas, uma vez que quer Valery como d'Órs e Zoli, seguindo a narrativa oficial do regime, louvaram publicamente as qualidades políticas únicas, a solidez intelectual e o papel de Salazar como ideólogo e «Homem de Acção». Complementarmente, o ensaio de Paul Valery em torno da ideia de que seriam as Ditaduras modernas a resposta necessária para a desejada transformação do espírito europeu contribuiria largamente para o debate teórico que dominava grande parte da teoria política dos anos 30. E, na opinião do francês, «a imagem da Ditadura era a resposta inevitável do Espírito quando já não se reconhecia na forma como os assuntos [públicos] eram conduzidos», fenómeno preponderante no início dos anos 30, sendo Salazar apenas mais um representante de tão disseminado e consensual estado mental (Valery, 1934). Por outro lado, Eugenio d'Órs, escrevendo já depois de publicada a

⁵Helena Matos dá-nos conta que Paul Valéry teria sido pago 2500\$00 pelo seu prefácio, soma considerável à época, e de que a festa de lançamento no Hotel Ambassadeur teria custado 2300\$00 (Matos, 2004).

⁶Em nota a edição francesa, os editores reconheceram que o título tinha sido alterado «para melhor informar o publico francês do conteúdo do livro» (Ferro, 1934).

⁷Ver, a título de exemplo, os artigos em *La Vie Intellectuelle*, *Les Nouvelles Littéraires*, *Le Figaro*, *Le Temps* ou *Candide*, em França, ou na *La Revue Catholique des Idées* (Bélgica), *Gazeta del Norte*, *El Liberal*, *Debate*, *Época*, *ABC* (Espanha), *The Times* (Inglaterra), *New York Herald* (Estados Unidos), *Action Catholique* (Canadá) e *Action* (Cuba) *Adeverul* (Roménia) ou *La Nation* (Argentina).

⁸Complementarmente, haveriam ainda edições no Chile (*Salazar, Portugal y su Jefe*, Santiago de Chile, Biblioteca Ercilla, 1935) e na Índia portuguesa (*Salazar, Munis Anim Tachó Vaur*, prefácio de Oliveira Salazar, Lisboa, Oficinas Gráficas da Sociedade Editorial ABC, 1938).

reflexão de Valery, contestaria a decisão do francês em diluir Salazar como apenas mais um ditador num mundo de ditaduras, destacando o carácter missionário e a «Política de Missão» operada em Portugal desde que Salazar tomara controlo do leme das finanças, desenvolvendo uma «política de professor, de austero técnico, procurando a competência, o estudo elaborado e a preparação especializada» (d’Ors, 1935). Para o catalão, Salazar era «um déspota iluminado», um político com uma missão: a de impedir em Portugal convulsão e tumultos políticos através de uma «ditadura de inteligência», liderando uma nova cruzada, providencialmente intervindo nos assuntos públicos portugueses como alguém determinado em salvar um povo bárbaro da sua selvajaria endémica, como um pedagogo que lida com crianças normais como se fossem cegas (d’Ors, 1935). Corrado Zoli seguiria uma linha ligeiramente diferente, procurando colar o Estado Novo ao fascismo italiano, assumindo o modelo português como um dos principais rebentos inspirados no modelo italiano, aproveitando ainda a oportunidade para convidar o ditador português a visitar Roma, e testemunhar o progresso do fascismo italiano em loco. Finalmente Austen Chamberlain produziria uma intensa recensão crítica do *Estado Novo*, o que levaria ao adiamento da publicação da edição inglesa para 1939, já depois da sua morte. Nesta crítica, Chamberlain atacou abertamente a falta de liberdades individuais em Portugal, afirmando que, como inglês, valorizava em demasia os valores da liberdade, não se dispondo por isso a pagar o preço de viver em sociedades pacificadas por regimes de matriz autoritárias, como as ditaduras de Hitler, Mussolini ou Salazar. Apesar de reconhecer muitas das virtudes políticas de Salazar, era evidente que este prefácio não se encontrava na linha dos elogios públicos fabricados por Valery ou D’Ors, por exemplo, e Ferro não só sentiu a necessidade de adiar a publicação como ainda de refutar, publicamente, o prefácio de Chamberlain com uma nova e extensa entrevista com Salazar, cinco anos depois das originais, postumamente confrontando o inglês com os sucessos estatísticos e desenvolvimentistas entretanto gerados pelo Estado Novo (Chamberlain, 1939).

Une Revolution dans la Paix e Comme on Relève un État

Em 1937 a visibilidade internacional de Salazar seria ampliada com a publicação de *Une Revolutions dans la Paix*, versão francesada dos seus principais discursos à data⁹. Publicada pela Flammarion, editora próxima da *Action Francaise*, e com prefácio do belga Maurice

⁹Esta edição seria publicada na Polónia (*Rewolucja Pakojowa*, 1939, com prefácio de Maurice Maeterlink), na Bulgária e no Chile (*Una revolucion pacifica*, 1938).

Maeterlink (outro Nobel laureado), o livro seguiu as pegadas de *Salazar, le Portugal et son Chef*, repetindo o seu impacto internacional. Henri Massis por exemplo, almoçando em Paris com António Ferro, admitiu que depois da sua leitura, ficara impressionado com a sólida teoria e doutrina de Salazar, qualificando as intervenções públicas do português como de substancial mais qualidade e interesse que as de Mussolini. O imediato sucesso comercial do livro levou a que Max Fisher (editor-em-Chefe da Flammarion) seleccionasse uma secção da obra intitulada *Comment on Relève un État*, publicando-a individualmente (depois de consultar Salazar) numa colecção de grande difusão (intitulada *La Collection à 1.95*, destinada, pelo seu preço, a atingir o grande público)¹⁰. *Comment on Relève un État* foi na essência uma mescla dos principais discursos e intervenções proferidas por Salazar entre 1928 e 1930, as entrevistas de 1932 com Ferro, e o discurso do *Ano X* da Revolução Nacional proferido em Braga a 28 de Maio de 1936¹¹.

Une Revolution dans la Paix (e *Comment on Relève un État*) representam, em minha opinião, o zénite da influência e visibilidade de Salazar no período entre guerras, não porque os livros tenham acrescentado novo pensamento à sua doutrina política, nem pelo pouco inspirado prefácio de Maurice Maeterlink, mas devido à longa introdução escrita por Salazar após o regime ter aniquilado o *Revirvalho*, referendar a Constituição de 1933, finalizar o novo desenho institucional, e depois do discurso do *Ano X* ter assente as fronteiras da conduta social e política do Estado Novo, depositando as verdades inquestionáveis do regime no categórico slogan: «Não discutimos Deus e a sua virtude, não discutimos a Pátria e a sua história, não discutimos a autoridade e seu prestígio, não discutimos a Família e a sua moral, não discutimos a glória do Trabalho e o seu dever» (Salazar, 1936). Nesta longa e auto-elogiada introdução, Salazar aproveitaria ainda para desassociar o Estado Novo do fascismo e do nazismo, apresentado a adequada grelha de leitura pela qual o modelo português deveria ser interpretado no quadro das diferentes experiências institucionais da Nova Ordem europeia, em especial quando muitos dos países do velho continente encontravam-se em processos de revisão das suas «instituições políticas, sociais e económicas» (Salazar, 1936).

¹⁰Depois de pedir autorização a Ferro, Max Fisher trabalhou com o General Weygand, Henry Bordeaux com o Cardeal Baudrillart na selecção dos textos. Uma primeira edição rapidamente esgotou em França, despertando curiosidade suficiente para publicações nos Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha. O importante papel da Flammarion na disseminação do pensamento e doutrina de Salazar em França levaria a que António Ferro recomendasse que Fisher fosse oficialmente condecorado por Salazar (cf. IANTT/AOS/CP – 112).

¹¹Novamente traduzidos por Fernanda de Castro (mulher de António Ferro, já responsável pela tradução das *Entrevistas*), os principais discursos recolhidos foram *Os Problemas Nacionais e a ordem da sua solução*, *Política de Verdade* e *Princípios Fundamentais da Revolução Política* (Salazar, 1928b, 1930a, 1930b).

Recepção internacional

Com base nestas publicações, no seu currículo ministerial e num activo e bem orquestrado serviço de imprensa internacional, Salazar seria recebido e interpretado nos meios de comunicação social internacionais e em diversos círculos académicos e intelectuais de forma bastante diferenciada (Reis Santos, 2017). Assim, se por um lado a sua impressionante performance como ministro das finanças lhe granjeavam facilmente amplo apoio de praticamente todos os quadrantes políticos, as contradições entre a sua (aparentemente) bem definida doutrina integralista (expressa em alguns dos seus discursos) e a híbrida definição constitucional do Estado Novo levariam a um coro de críticas da parte de alguns radicais, e a um conjunto de interpretações dissonantes – nomeadamente entre intelectuais radicais e conservadores católicos - sobre a importância do totalitarismo, do Partido Único e do papel da ideologia no processo de tomada do poder.

Tomemos em conta, primeiro, algumas das críticas levadas a cabo por destacados fascistas, como Bruno Biagi ou Baldi-Papini¹². Biagi, escrevendo o prefácio a *Il Portogallo d'Oggi* (compilação italiana dos discursos de Salazar), depois de apontar que «dentro dos regimes autoritários europeus, o português, essencialmente devido à sua ordem corporativa, encontra-se nos que são mais próximos, na sua ética, história e política, ao regime fascista», destacava que a conjuntura política e social teria permitido uma revolução pacífica por terras lusas, nunca apresentando o caso português a velocidade da revolução fascista, que «teve de ser rápida, decisiva, completa e disciplinada para conseguir uma imediata unificação e mobilização de todas as forças» (Biagi, 1939). Baldi-Papini também colaria o Estado Novo ao fascismo, expondo-o como «um dos primeiros [regimes] a abraçar a nova doutrina, como filho de Roma», reconhecendo no entanto que, apesar de Salazar seguir na essência o modelo fascista, o seu Estado Novo utiliza métodos e sistemas nem sempre idênticos. Baldi-Papini considerava ainda que as críticas ao legado liberal identificadas na Constituição de 1933 em certa medida como injustas, pois em sua opinião, Salazar apenas as consagrara constitucionalmente para agradar aos militares liberais no topo da Ditadura, nunca tendo a intenção de as dotar de real poder, rapidamente esvaziando-as. Apesar desta candura interpretativa, o italiano reconhecia ser o Estado Novo um regime pessoal sem personalidade, pois não debutara «de nenhum acordar de consciência popular mas antes da elaboração mental

¹²Bruno Biagi, membro do Grande Conselho Fascista, professor de Economia Corporativa da Universidade de Bolonha e deputado em 1934, passara na sua qualidade de académico por Portugal duas vezes em 1937, uma para proferir uma conferência sobre os princípios fundamentais do corporativismo, outra para receber um doutoramento *honoris causa* pela Universidade Técnica de Lisboa. Baldi-Papini, diplomata italiano, seria indicado como comissário dos CAUR em Portugal a partir de 1935.

de um homem sábio que entendeu que a Ditadura necessitava de carácter», temperamento assim «não gravado no sentimento da Nação». A sua estabilidade assentara no bom senso e na razão de Salazar, produzindoum «produto artificial, um mecanismo inteligente que encontrou aprovação». E «enquanto o Fascismo é um sistema de pensamento primeiro depois um sistema de governo, o Estado Novo é simplesmente um sistema de governo, ao qual Salazar procura providenciar um conteúdo ideal». Baldi-Papini reconheceria ainda que fora «rejeitada a concepção totalitária», pois «obedecer à doutrina integralista, significaria criar um Estado absolutista». Assim, o Novo Estado, «sem desenvolvimento de um Partido, representara formalmente um regime de um povo, sem qualquer critério de seleção», o que «confrontado com o eminente carácter aristocrático do fascismo» significaria que «ainda encarnava plenamente os conceitos democráticos» (Baldi-Papini, 1936).

No mesmo sentido incorreram as críticas de Gil Robles no seu prólogo a *El Pensamiento de la Revolucion Nacional* (uma edição espanhola dos *Discursos*), seguindo o monárquico católico a bitola da falta de energia vital no Estado Novo, recordando que Salazar atingira o poder «sem uma doutrina definida e sem o apoio de um partido de massas altamente motivado e colectivamente organizado». Assim, «o 28 de Maio não foi obra de nenhuma ideologia ou partido (...) mas de exclusiva responsabilidade do Exército, que teve de esperar pelo advento de Salazar para começar a construir um Novo Estado, entretendo-se, entretanto, a destruir as instituições liberais» (Robles, 1938)¹³. Já Friedrich Sieburg, jornalista alemão, crítico também do Nazismo, diminuiria o modelo português a um conjunto de adaptações formais de outras experiencias autoritárias, «nomeadamente as italianas, pelo seu sistema corporativo, a alemã, pelas organizações da Legião e da Mocidade, e da Polónia, pela União Nacional, substituto do Partido fascista ou Nacional Socialista». Como outros, reconhecia que a Constituição de 1933 fora «a negação dos princípios proclamados no discurso de 30 de Janeiro de 1930», e apesar de reconhecer ser Salazar «o Chefe, o Pai do seu Povo, o Imperador elaborador, o Messias e renovador», questionava: «É ele um combatente ou um administrador, um técnico ou um *Führer*?» (Sieburg, 1938).

De forma bem diferente apreciavam os meios católicos (nomeadamente os publicados nos Estados Unidos da América) as dissonâncias entre o Estado Novo e o Fascismo, e as nuances em torno do conceito de totalitarismo. Para Franz Borkenau, escrevendo no *The*

¹³Contra esta necessidade de se alcançar o poder com uma doutrina (e apoio partidário) pré-definido insurgiam-se, por exemplo, alguns católicos norte-americanos: «Baseado nas doutrinas cristãs fundamentais, o seu [de Salazar] sistema de governo foi gradualmente melhorando até se tornar num regime que é verdadeiramente português. Não foi um caso de tomada violenta do poder e aplicação forçada de um programa rigidamente planeado de antemão» (Anthony Ashley, *Social Justice* [EUA], Junho 1938)

Christian Science Monitor «o verdadeiro fascismo ou nacional socialismo tem, de facto, apenas um artigo de fé: absoluta lealdade ao *signor* Mussolini ou a *Herr* Hitler, mas não existe em Portugal um partido de massas baseado na confiança das massas nas capacidades do seu líder como um super Homem. Não há partido totalitário» (Franz Borkenau, *The Christian Science Monitor*, Fevereiro 1938). Para muitos destes católicos, «na pessoa de Salazar, encontramos um estadista que está a ressuscitar ensinamentos cristãos esquecidos, e a colocá-los numa maneira prática para os problemas do seu país (Padre Coughlin, *The Catholic World*, Abril 1938); «princípios genericamente baseados na Encíclica de Pio XI *Quadragesimo Anno*, que apresenta as bases essenciais do estado corporativo como a base ideal para a reconstrução social» (Catherine de Hueck, *The Sign*, 1938). «É bom notar», apontaria Laurence K. Patterson no *America*, «que Salazar e muitos dos seus colegas são extremamente versados em filosofia escolar, e cuidadosamente estudaram a *Rerum Novarum* e a *Quadragesimo Anno*» (Laurence K. Patterson, *America*, Janeiro 1938), apreciação partilhada por Sousa Pernes ao referir que, apesar de «não devermos reclamar que o Estado Novo é a única e verdadeira forma de Estado Católico Corporativo», o regime português é «um esforço feito por um educado estadista católico para implementar o *Quadragesimo Anno*» (Peter P. B. De Sousa Pernes jr. *Ave Maria*, Março 1938). No mesmo sentido, Anthony Ashley reconheceria que «a teoria corporativa [é] flexível» e «na forma e na aplicação o Estado Corporativo pode variar tanto como os estilos das mulheres» (Anthony Ashley, *Social Justice*, Junho 1938). O Estado Novo provava que o «corporativismo pode facilmente ter outros aspectos para além de estatismo» (Léon Poncet, *La Republique du Sud-Est*, 1937), e o modelo assente no «génio construtivo de Salazar, suportado no pensamento social do catolicismo, sob as lições de Leão XIII e Pio XI», criara «uma organização corporativa que (...) eventualmente libertará o país do individualismo liberal e da tirania dos partidos políticos» (Léon Poncet, *La Republique du Sud-Est*, 1937).

Como vemos, auxiliavam estas leituras as apreciações do carácter pedagógico de Salazar, consolidado nos bancos da Universidade de Coimbra e devidamente transportados para a sua acção governativa. Pierre Lyautey, por exemplo, escreveria no *Le Journal* que «a França tem muito a aprender com Salazar e Portugal» (Pierre Lyautey, *Le Journal*, 1935), e no Reino Unido, o português era tido como se «um professor de Oxford tivesse sido puxado da Universidade para governar a Inglaterra» (Ian Colin, *The Morning Post*, 14.11.1936). Determinados elogios públicos eram tão extrapolados que alguns comparavam Salazar a figuras históricas como Sólon ou Platão (Gabriel Boissy, *La Tribune des Nations*, 30.4.1936), a um «Patriarca da República Romana dedicado – com amor – ao seu trabalho, detestando

honras públicas» (A. T'Sertevens, *Presse Indochinoise*, 30.5.1936), a Cromwell ou Napoleão (Sieburg, 1937), ou a «um herói que luta baronilmente carregando nos seus ombros todo o peso dos destinos da sua Nação» (AkioKasama, *The World and Girls*, Março 1935). Apesar destas excessivas apreciações, a verdade é que Salazar era regularmente percebido «mais como um diplomático que um *condottiere*» (Baldi-Papini, 1936), «o estadista ideal» (Andrè Frantzen, *L'Ordre Corporatif*, Abril 1938), «um sábio, quase filósofo» (editorial do *Frankfurter Zeitung*, 20.01.1935), «um jurista [que] não será jamais um tirano» (Georges Becquet, *Vers L'Avenir?*, Abril 1936), como alguém com uma enorme aversão a assuntos mundanos, honras públicas, culto das massas ou uso da violência; como alguém que o mundo podia (e devia) aprender com. Alguém que poderia inspirar Paul Reynaud (político francês) a anunciar vivamente nas bancadas do Parlamento que «voilà que os franceses finalmente descobriram um ditador que não lhes perturba a comodidade...» (citado em Sieburg, 1938); argumentos fortalecidos pelas origens humildes e modestas, percebida humildade e ética católica, traços sintetizados por Alfonso XIII ao se referir a Salazar como «um homem aparentemente obscuro» de «carácter verdadeiramente modesto», realizando «sem vaidade» (Alfonso XIII, *Le Soir*, 1.6.1936). Nos países latinos eram ainda frequentemente exaltadas as qualidades 'rácicas' de Salazar, sendo a sua influência e prestígio internacional apresentados como exemplo dos bons contributos da raça latina para a política do pós I Guerra¹⁴.

Um outro conjunto de apreciações, menos carregadas ideologicamente, seriam liminarmente apontadas nas peças assinadas por Olof Höijer, jurista e diplomata norueguês sediado em França, que primeiro acusaria Salazar de seguir o caminho de institucionalizar o Estado Novo por decreto, com um partido totalitário, a União Nacional, criticando depois o seu plano económico e financeiro por o considerar «simplicista e pouco inovador», pois somente encontrara equilíbrio baixando as despesas do Estado e aumentando os impostos; «políticas possíveis de alcançar devido ao carácter autoritário do governo, à pequena dimensão das elites e à sua falta de dimensão internacional» (Höijer, *Sciences Politiques*, Agosto 1937)¹⁵. Diria ainda, sobre o carácter de Salazar, que lhe faltava a envergadura de Hitler, Mussolini, Stalin ou Kemal, «o forte tempero de um verdadeiro homem de Estado, remador de exaltantes paixões colectivas ou portador de uma ideia poderosa que cristalize em

¹⁴Alguns exemplos são os artigos de Leão do Norte n' *O Diário* de Santos, referindo que «Salazar é o primeiro *inter pares* na arena internacional» (Leão do Norte, *O Diário*, 20.11.1937), ou Roberto E. Meeks, no *La Nación*, identificava que «é material de orgulho da Latinidade testemunhar que no pós Guerra a maioria dos [grandes] Estadistas são latinos», referindo-se em concreto a Salazar (Roberto E. Meeks, *La Nación*, 1936)

¹⁵O norueguês criticaria ainda a incapacidade de Salazar em descobrir novas formas de riqueza e receitas para o País e o plano de reorganização fiscal «bem longe do ideal cristão», desenvolvido com excessivo estatismo, evidentemente prejudicando o indivíduo em detrimento do Estado, destruindo assim a iniciativa individual.

torno da sua pessoa a Alma da Nação e a confiança esclarecida da elite» (Höijer, *Sciences Politiques*, Agosto 1937)¹⁶. Já na sua recensão a *Principles et Institutions de l'Etat Nouveau Portugais*, Höijer, depois de referir que o corporativismo português «não faz outra coisa que não providenciar um ecrã onde [Salazar] esconde o seu poder pessoal», reconheceria, no mesmo sentido que Chamberlain, que «a ditadura, mesmo quando razoável como em Portugal acaba por esterilizar a criação intelectual, científica e artística que postula a liberdade», não deixando no entanto de apontar Portugal como exemplo de quando «um Estado quer viver e um governo preencher eficazmente os seus altos deveres, eles devem assegurar o reino da Ordem, a supremacia, a autoridade, a defesa da família, o respeito pelos contractos e sobretudo a santidade do trabalho» (Höijer, *Sciences Politiques*, Junho 1938).

As críticas de Höijer ao plano financeiro de Salazar eram manifestamente contra — corrente e destoada do rol de apreciações altamente elogiosas proferidas ao Ditador português que, como referimos, impressionava observadores internacionais frequentemente exibindo um grau de inveja pela fortuna de tão insignificante país ter descoberto um «Mago financeiro» num momento de tamanho descontrolo nas fazendas públicas mundiais. Neste rol de elogios, Portugal era visto como «o único país na Europa onde a crise não se sente» (Philippe de las Casas, *Croix du Nord*, 1936), como «a única Nação onde as receitas ultrapassam as despesas» (J. Tharaud, *Echo du Nord*, 10.11.1936), empreendendo «uma obra gigantesca no saneamento das finanças de Portugal» (T. Widt, *Tidens Tegn*, 12.08.1934), onde as «finanças foram magistralmente saneadas e em quasi todos os domínios da vida publica está sendo levada a cabo enérgica e sistematicamente a reconstrução nacional» (Ivo Dane, *Kölner Zeitung*, 8.12.1933). Portugal colocara em prática uma revolução financeira «sem paralelo no movimento corporativo europeu» (Paul Crockaert, 1935), onde qualquer «leitor observador realizará o milagre da sua economia e conversão política da bancarrota e quase anarquia para a solvência plena e grande prosperidade» (Editorial de *Saint Joseph Lilies*, Março 1938), criando para o efeito «um Estado forte, um Estado unitário temperado com corporativismo» (J. Schyrgens, *Vingtème Siècle*). «Felizes são os Povos que nestes tempos difíceis encontram um líder como Salazar», sintetizava em 1937 um editorial de um jornal valenciano. Estes traços, fortemente revigorados pela narrativa oficial do SPN, eram altamente refrescantes para os meios internacionais, como observado pelo *The Times*: «é

¹⁶No mesmo sentido, por exemplo, escreveria o romeno Victor Eftimiu no *Adeverul*, aquando da sua recensão a *Salazar, Le Portugal et son Chef*: «Salazar não se impôs como militar, como Pilsudski e Kemal, nem como agitador de massas, como animador de juventudes, como Mussolini e Hitler, Professor de finanças na Universidade de Coimbra, ele foi chamado pelos revolucionários de 1926, e depois em 1928 ao Ministério das Finanças onde se notabilizou» (Victor Eftimiu, *Adeverul* [Roménia] 24.11.1934).

impossível negar o ressurgimento económico de Portugal (...). Não só não tem paralelo nouro lugar do mundo, como é um evento com poucos precedentes históricos» (*The Times*, 1935); revista que em novo artigo resumizava as intenções de Salazar: «A essência do Estado corporativo que o Dr. Salazar está comprometido em construir é a participação de todos os cidadãos num plano de reforma nacional e a subjeção dos interesses individuais aos colectivos» (*The Times*, 28.5.1936).

No entanto, um olhar mais atento a algumas das outras publicações importantes no período, escritas por reputados académicos e intelectuais reflectindo sobre a situação política internacional dos anos 30, ajudam a ilustrar que a influência e visibilidade de Salazar era, em certa medida, limitada no reconhecimento e aquiescência. Assim, por exemplo, em ambas as obras publicadas pelo Conde Sforza, eminente diplomata italiano, sobre política europeia (*European dictatorships*, 1931 e *Europe and Europeans: a study in historical psychology and international politics*, 1936), Salazar e o Estado Novo não são mencionados de todo. Assim como no livro de C. D. H. Cole e Margaret Cole *The intelligent man's review of Europe to day* (Cole e Cole, 1933), ou no volume de Albert Carr *Juggernaut; the Path of Dictatorship* (Carr, 1939). Mais significativamente, no livro do jornalista Emil Ludwig, *Nine etched from life* (também publicado sob o título *Leaders of Europe*), onde o alemão magnificou a vida dos grandes estadistas do seu tempo, Salazar é olímpicamente ignorado na escolha de personalidades, fixando-as antes nos exemplos de Fridtjof Nansen, Tomáš Masaryk, Aristide Briand, Walther Rathenau, Guiseppe Motta, Lloyd George, Eleftherios Venizelos, Benito Mussolini and Josef Stalin (Ludwig, 1934).

Naturalmente que auxilia a compreensão de tamanha e alargada admiração o facto dos discursos de Salazar, bem como os êxitos públicos do regime, terem sido essencialmente recebidos e interpretados aos olhos do que a máquina de propaganda do regime produzia e exportava frequentemente¹⁷. E Ferro, bem consciente do efeito multiplicador da sua extensa rede de contactos, promovia intensas relações intra-pessoais (bem como institucionais) com um conjunto vasto de intelectuais de diversas origens e proveniências, rede que posteriormente expandia ao Ditador, para que este a personalizasse (Reis Santos, 2017). É ainda interessante observar o critério cuidado na seleção das intervenções do ditador português, escolhidas de forma a se adaptarem a determinado público e determinado regime político, variando esta seleção de acordo com as características democráticas ou autoritárias da audiência a atingir. Assim, por exemplo, as edições alemãs enfatizavam os aspectos

¹⁷Ver, sobre este tema, a circular de 4 de Agosto de 1938 do SPN às Embaixadas e Legações portuguesas no estrangeiro. Cf. Arquivo dos Negócios Estrangeiros, Piso 3, Maço 711-712-713, Armário 1.

autoritários do regime e o sucesso da luta contra os movimentos da oposição (omitindo as referências negativas de Salazar ao Nacional-sindicalismo, ou ao carácter pagão e totalitário do Nazismo, por exemplo), enquanto que as britânicas preocupava-se em destacar os traços católicos de Salazar e os desenvolvimentos macro-estatísticos do Estado Novo (Reis Santos, 2017). Finalmente, e para que não se fique com a ideia de que a recepção a Salazar era exclusivamente positiva, ou de índole técnico, grande parte da imprensa militante de esquerda (pelo menos no contexto espanhol e francês) associava o regime português à barbárie do fascismo e nazismo (Reis Santos, 2017).

Conclusões

Quando procuramos interpretar a recepção de Salazar no período do entre-guerras, ajuda partir da ideia de que (depois da I Guerra Mundial) o *Espírito Europeu* havia sido capturado pelo consenso de que as instituições políticas modernas (na procura de desenvolvimento económico e pacificação social) deveriam depositar os seus procedimentos governamentais em executivos fortes e/ou ditaduras, como apontara Valery; uma percepção bem sintetizada pelo alemão Karl Loewenstein, quando do seu exílio Norte-Americano, escreveria que «no presente, a Democracia encontra-se em todo o lado na defensiva, e a vitória da autarcia parece bem mais provável que anteriormente a aceitação universal da Democracia» (Loewenstein, 1935). Assim, julgamos, deve ser entendido o caso português como apenas mais um modelo autoritário, anti-democrático, anti-comunista; e nunca como um Shangri-Lá corporativo ou modelo-ideal que representasse fielmente o Corporativismo Integral como definido por Mihail Manoilescu. Como Paul Valery explicitamente identificou, no seu prefácio às entrevistas de Ferro, fora esta imagem da Ditadura que contribuía para a emergência e consolidação de experiências e regimes políticos autoritários. E o «fascismo de cátedra» português (Unamuno, *Ahora*, 1935), ou a «Ditadura escolar» de Salazar (Bainville, 1935), não somente incorporava perfeitamente o *Espírito da Época*, como se encontrava, a meados dos anos 30, maduro para se exportar (sempre sob impulso e tutela do SPN) a uma audiência europeia – e mundial - como um modelo «integralista pseudo-católico» (Schmitter, 1974). Uma subtil diferenciação que haveria, em nossa opinião, de contribuir para a sobrevivência do regime após a II Guerra Mundial e a um interessante revivalismo do debate sobre a natureza corporativista do regime e seus conceitos nos anos 50. No final, mais que algum tipo arquetípico de corporativismo integral, o Estado Novo de Salazar foi somente mais uma construção institucional política preocupada, essencialmente, como tantas outras, com a sua própria sobrevivência.

BIBLIOGRAFIA

BALDI-PAPINI, U. *Portogallo Nuovo, lineamenti critici della riforma politico-costituzionale del Portogallo*, Florença, Casa Editrice Poligrafica Universitaria, 1938.

BIAGGI, Bruno. *Il Portogallo D'Oggi*. Florença, Felice Le Monnier, Firenze, 1939.

D'ORS, Eugénio. “Prólogo” em António Ferro *Oliveira Salazar. El Hombre y su Obra*, Madrid, Ediciones «Fax», 1935.

ELIADE, Mircea. *Salazar, a Revolução em Portugal*, Lisboa, Esfera do Caos. 2011 [1942]).

FERRO, António. *Salazar. O Homem e a sua Obra*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933.

FERRO, António. *Salazar, le Portugal et son chef, Précédé d'une note sur l'Idée de Dictature de Paul Valery*, Paris, Bernard Grasset, 1934a.

FERRO, António. *Salazar, il Portogallo e il suo capo*, Roma, Sindacato Italiano ArtiGrafiche, (Collana: Sprazzi dell'idea fascista sul mondo), 1934b.

FERRO, Antonio. *Salazar: Portugal and her leader; translated by H. de Barros Gomes and John Gibbons; with a preface by Sir Austen Chamberlain; and a foreword by Oliveira Salazar*, Londres, Faber, 1939.

LOEWENSTEIN, Karl. Autocracy versus democracy in contemporary Europe I, *The American Political Science Review*, vol. XXIV, pp. 571 – 593. 1935.

LUDWIG, Emil. *Nine etched from life*, Nova Iorque, R. M. McBride & company, [Edição britânica com o título *Leaders of Europe*, Londres, I. Nicholson and Watson,], 1934.

MANOILESCU, Mihael. *Le Siècle du Corporatisme. Doctrine du Corporatisme Intégral et Pur*, Paris, Librairie Félix Alcan, 1934.

MANOILESCU, Mihail. *El Partido Único*, Zaragoza, Editorial «Heraldo de Aragón», 1938 (1937).

MATOS, Helena. *Salazar - volume II a propaganda*, Mem Martins, Temas e Debates, 2004.

MONTEIRO, Armindo, “Prefácio” em Leopoldo Nunes *O Ditador das Finanças*, Lisboa, Ottosgráfica, 1930.

NUNES, Leopoldo, *O Ditador das Finanças*, Lisboa, Ottosgráfica, 1930.

RAMOS DO Ó, Jorge. *Os Anos de Ferro. O Dispositivo cultural durante a “Política do Espírito”. 1933-1949*. Lisboa, Editorial Estampa, 1999.

REIS SANTOS, José. *Nem Fascismo nem Nazismo? Processos de difusão e recepção do Estado Novo como uma 3ª via no contexto dos processos de transição institucional da Europa*

da Nova Ordem, Tese de Doutorado em História Contemporânea apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2017.

ROBLES, Gil, *Prólogo a 'El Pensamento de la Revolucion Nacional'*, Buenos Aires, Ediciones Fenix, 1938.

ROSAS, Fernando. “Prefácio”, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2003.

ROSAS, Fernando. *Salazar e o Poder. A Arte de saber durar*, Lisboa, Tinta de China, 2013.

SALAZAR, António Oliveira. “Condições da reforma financeira” (27 Abril 1928) in António Oliveira Salazar, *Discursos, 1928-1934*, Coimbra, Coimbra Editora, pp. 1-6, 1928 (1935).

SALAZAR, António Oliveira. “*Ditadura Administrativa e Revolução Política*” (28 Maio 1930) em António Oliveira Salazar, *Discursos, 1928-1934*, Coimbra, Coimbra Editora, pp. 43-66, 1930a (1935).

SALAZAR, António Oliveira. “Princípios Fundamentais da Revolução Política” (30 Julho 1930) em António Oliveira Salazar, *Discursos, 1928-1934*, Coimbra, Coimbra Editora, pp. 67-96, 1930b (1935).

SALAZAR, António Oliveira. “As grandes certezas da Revolução Nacional” (28 Maio 1936) em António Oliveira Salazar, *Discursos, 1935-1937*, Coimbra, Coimbra Editora, pp. 125-142, 1936 (1937).

SALAZAR, António Oliveira. *Discursos, 1928-1934*, Coimbra, Coimbra Editora, 1935.

SALAZAR, António Oliveira. *Como se reerge um Estado [Comment on Relève un État]*. Lisboa: Esfera do Caos, 1937a (2007).

SALAZAR, António Oliveira. *Une Revolution dans La Paix*, Paris, Flammarion, 1937b.

SALAZAR, António Oliveira. *Discursos, 1935-1937*, Coimbra, Coimbra Editora, 1937c.

SCHMITTER, Philippe. Still the Century of Corporatism, *The Review of Politics*, vol. 36, n.1, pp. 85-131, 1974.

SCHREIBER, Émile. *Le Portugal de Salazar*, Paris, Les Éditions Denoël, 1938.

SIEBURG, Friedrich. *Le Nouveau Portugal. Portait d'un vieux Pays*, Paris, Les Éditions de France, (traduzido do alemão por Pierre Klossowski), 1938.

ARTIGO ENVIADO EM: 12/07/2016
ACEITO PARA PUBLICAÇÃO: 20/12/2016